



073

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019.09.19

**ATA NÚMERO 53/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 19 DE SETEMBRO DE 2019**

Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido a Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a quinquagésima terceira reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

Foi deliberado por unanimidade justificar a falta da Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra por se encontrar doente, tendo o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores manifestado o desejo de rápidas melhoras e rápido regresso ao exercício de funções no Executivo.

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número cinquenta e um da reunião desta Câmara Municipal de vinte e dois de agosto findo, a qual foi deliberado por unanimidade aprovar, sem alterações.

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** não participou nesta deliberação, em virtude de não ter estado presente naquela reunião.

De seguida, passou-se à apreciação da minuta da ata número cinquenta e dois da reunião desta Câmara Municipal, de cinco de agosto corrente, a qual foi deliberado por unanimidade aprovar, sem alterações.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** não participou nesta deliberação, em virtude de não ter estado presente naquela reunião.

Não tendo havido assuntos no período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Câmara deu início à discussão da seguinte

**ORDEM DO DIA**

**PONTO 1-** Relatório de Auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2019, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", acompanhado do Balanço e da Demonstração de Resultados na mesma data

**PONTO 2** - Empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca" -

Pedido de autorização prévia à respetiva execução para efeitos de contratação de empréstimo a longo prazo

**PONTO 3** - Pedido de autorização à Assembleia Municipal para contratação de dois empréstimos a longo prazo, até ao montante total de € 249.634,00, para financiamento complementar de vários investimentos municipais comparticipados pelo FEDER - proposta

**PONTO 4** - 4ª alteração ao orçamento da receita - despacho do Senhor Presidente da Câmara - ratificação

**PONTO 5** - 3ª revisão ao orçamento, ao Plano de Atividades Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos para 2019

**PONTO 6** - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação respeitante ao período de 12.06.2019 a 17.09.2019

**PONTO 7** - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - Informação do Senhor Presidente da Câmara

**PONTO 8** - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - Informação do Senhor Presidente da Câmara

**PONTO 9** - Resumo diário da tesouraria

**PONTO 10** - Requerimento de António Loureiro Borges - colocação de tubo condutor de água - ratificação da decisão do Sr. Presidente da Câmara

**PONTO 11** - Transferência de competências - Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21/08/2019 - Define o modelo de cogestão das áreas protegidas

**PONTO 12** - Empreitada de "Regeneração da zona ribeirinha do Outeiro, na freguesia de Mondim da Beira" - projeto, caderno de encargos e orçamento no valor de € 358.634,36

**PONTO 13** - Empreitada de "Regeneração e revitalização do núcleo antigo de Tarouca - Fase 2"- projeto, caderno de encargos e orçamento no valor de € 219.308,50;

**PONTO 14** - Empreitada de "Regeneração da zona ribeirinha de Ucanha - Fase 2" - projeto, caderno de encargos e orçamento no valor de € 130.957,96

**PONTO 15** - Empreitada de "Melhoria da mobilidade suave entre o Castanheiro do Ouro e o Centro da Cidade de Tarouca e o Interface de Táxis" - projeto, caderno de encargos e Orçamento no valor de € 240.017,00

**PONTO 1- RELATÓRIO DE AUDITORIA REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES EM 30.06.2019, APRESENTADO PELA SOCIEDADE "BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.", ACOMPANHADO DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS NA MESMA DATA**

Presente o relatório de auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em trinta de junho último, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", em cumprimento do disposto na alínea d) do nº2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 03.09, acompanhado do balanço e



Fl. 073  
*[Handwritten signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2019.09.19

demonstração de resultados do período, e dos mapas de controlo orçamental da receita e da despesa.

Verificou-se que o balanço apresenta o valor do ativo líquido igual ao valor total dos fundos próprios e do passivo no montante de € 30.748 364,61 (trinta milhões e setecentos e quarenta oito mil e trezentos e sessenta e quatro euros e sessenta e um centimos) e que a demonstração de resultados apresenta um resultado líquido do exercício negativo de € 544,53 (quinhentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e três centimos).

Verificou-se ainda que: o mapa de controlo orçamental da receita, em trinta de junho findo, apresenta, na receita cobrada líquida, o montante de € 5 361 477, 39 (cinco milhões e trezentos e sessenta e um mil e quatrocentos e setenta e sete euros e trinta e nove centimos), a que corresponde o grau de execução de 31,07%; o mapa de controlo orçamental da despesa, em trinta de junho findo, apresenta, na despesa paga, o montante de € 5 276 849,04 (cinco milhões e duzentos e setenta e seis mil e oitocentos e quarenta e nove euros e quatro centimos), a que corresponde o grau de execução de 30,58%.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, relativamente a este assunto, disse que se mantém algumas reservas do revisor oficial de contas que são constantes e que este Executivo já assumiu que se irão manter, relativas às lacunas no registo do imobilizado inicial e ao não reconhecimento das faturas referentes aos consumos mínimos que aguardam decisão judicial.

Salientou que a dívida total ficou cerca de 748.000,00 € abaixo do limite legal, sendo que, no mês de agosto findo, foi efetuado o pagamento da segunda prestação destinado a empréstimo de saneamento financeiro, ainda não refletido na presente prestação de contas.

Disse ainda que, manifestou a sua discordância em relação ao teor inicial da nota 15.2 do relatório, porque, a partir de 23 de junho findo, o Município foi dispensado do cálculo dos fundos disponíveis, uma vez que se verificava um conjunto de indicadores que permitiram essa possibilidade.

Concluiu, realçando o balanço, que se mantém igual, devido à estabilidade do ativo; na demonstração de resultados regista-se uma redução das despesas correntes, ressalvando o aumento das despesas com pessoal, decorrente da regularização dos vínculos precários e do descongelamento das carreiras; e ao nível da receita, regista-se um aumento de cerca de maio milhão de euros, em comparação com o ano findo.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade:

a) Aprovar o presente balanço e a demonstração de resultados e os mapas de controlo orçamental da receita e da despesa, referentes ao período de 01.01.2019 a 30.06.2019;

b) Aprovar o presente relatório de auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2019 apresentado pela sociedade " BDO & Associados, SROC, Lda " e remeter estes documentos à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na citada alínea d) do n° 2 do artigo 77° da Lei n°73/2013, de 03.09, para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 2 - EMPREITADA DE "SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS CONVENCIONAIS POR TECNOLOGIA LED NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE TAROUCA" - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À RESPECTIVA EXECUÇÃO PARA EFEITOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"EMPREITADA DE "SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS CONVENCIONAIS POR TECNOLOGIA LED NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE TAROUCA"**

**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À RESPECTIVA EXECUÇÃO PARA EFEITOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO**

Nos termos do n° 1 do artigo 51° da Lei n° 73/2013, de 03.09, na sua redação atual, os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos, para substituição de dívida nas condições previstas nos n°s 3 a 8, ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Os investimentos referidos no citado n°1 são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal.

Está em curso o procedimento de contratação de um empréstimo a longo prazo, destinado a ser aplicado em vários investimentos, entre os quais a empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca", prevista no Plano Plurianual de Investimentos de 2019, cujo investimento elegível é de € 470 412,10.

No ano 2019, o montante total corrigido da despesa da rubrica 07 - "Aquisição de bens de capital" é de € 3 959 950,00 (ver mapa de controlo orçamental da despesa em anexo).

O valor do investimento a realizar é superior a 10% daquela despesa.

Neste contexto, **proponho** a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo 1 à Lei n° 75/2013, de 12.09, submeter à discussão e solicitar à Assembleia Municipal, nos termos previstos no n°2 do artigo 51° da Lei n° 73/2013, de 03.09, autorização prévia à execução da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED





Fl. 077  
*[Handwritten signature]*

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### CÂMARA MUNICIPAL

2019.09.19

no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca", no montante de € 470 412,10, para efeitos de contratação de empréstimo a longo prazo destinado a ser aplicado na parte deste investimento não comparticipada pelo Programa Operacional Regional do Norte.  
Paços do Município, 16.09.2019

O Presidente da Câmara,  
a) Valdemar de Carvalho Pereira"

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que atento o valor da empreitada a executar, o empréstimo a contrair respeitante a 5% da parte suportada pelo Município, necessita de prévia autorização da Assembleia Municipal.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse que o objetivo é conseguir que no Natal toda a iluminação pública do concelho se encontre substituída.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, solicitar à Assembleia Municipal, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, autorização prévia à execução da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca", no montante de € 470 412,10, para efeitos de contratação de empréstimo a longo prazo destinado a ser aplicado na parte deste investimento não comparticipada pelo Programa Operacional Regional do Norte.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 3 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE DOIS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE TOTAL DE € 249.634,00, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DE VÁRIOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS COMPARTICIPADOS PELO FEDER - PROPOSTA**

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

**"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE DOIS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE TOTAL DE € 249.634,00, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DE VÁRIOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS COMPARTICIPADOS PELO FEDER**  
**PROPOSTA**

Na sequência da deliberação desta Câmara Municipal proferida em 08.08.2019, foram consultadas 8 entidades bancárias para apresentação de propostas, tendo em vista a contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante de € 249.634,00, para financiamento complementar de vários investimentos municipais comparticipados pelo FEDER.

Respondeu ao convite do Município uma entidade bancária, que dividiu o valor do empréstimo em duas propostas, as quais foram objeto de análise e enquadramento legal, nos termos

constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 16 de setembro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida.

Com fundamento na mencionada informação, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, autorização para contratar, ao abrigo do disposto no artigo 49.º, n.ºs 1, 2 e 5 da Lei n.º 73/2013, de 3.09, **com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego**, os seguintes empréstimos a longo prazo:

**a) Empréstimo até 12 anos** destinado ao financiamento da contrapartida nacional devida pelo Município na execução da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca", operação comparticipada pelo FEDER com o código Norte-03-1203-FEDER-000214, até ao montante de **€ 23 520,00** à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um **spread de 1,10%**, não podendo em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável ser inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta;

**b) Empréstimo até 20 anos**, no montante total de **€ 226.114,00** destinado ao financiamento da contrapartida nacional devida pelo Município na execução das seguintes empreitadas:

**i) Reabilitação do bairro de habitação dos 12 fogos sito em Tarouca-Eficiência energética**, operação comparticipada pelo FEDER com o código Norte-03-1204-FEDER-000022, até ao montante de **€ 20 863,00**;

**ii) Requalificação do Parque de Santa Helena**, comparticipada pelo FEDER com o código Norte-06-3928-FEDER-000091, até ao montante de **€ 129 409,00**; e

**iii) Valorização da Igreja de S. Pedro de Tarouca**, operação comparticipada pelo FEDER com o código Norte-06-3928-FEDER-000097, até ao montante de **€ 75 842,00**, à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um **spread de 1,10%**, não podendo em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável ser inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta.

Os empréstimos a contratar destinam-se exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional dos projetos com



Fl. 078  
*[Handwritten signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2019.09.19

comparticipação dos Fundos Europeus de Desenvolvimento Regional (FEDER), identificados no mapa anexo à presente proposta, da qual faz parte integrante.

De acordo com a alínea a) do n° 5 do artigo 52° da Lei n° 73/2013, de 03.09, o empréstimo a contratar não é considerado para efeitos de apuramento da dívida total do Município, referida no n°1 do mesmo artigo.

Anexos:

1. Ofícios-convite enviados;
2. Proposta recebida;
3. Respostas de quatro entidades bancárias;
4. Informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;
5. Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;
6. Mapa resumo dos investimentos a financiar;
7. 4 termos de aceitação da comparticipação financeira dos investimentos a financiar.

Paços do Município, 16 de setembro de 2019.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira".

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada dos seguintes documentos: ofícios-convite enviados às entidades bancárias; proposta recebida; respostas de quatro entidades bancárias; informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira; mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município; mapa resumo dos investimentos a financiar; e 4 termos de aceitação da comparticipação financeira dos investimentos a financiar.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que o prazo de vida útil do equipamento LED's é de doze anos e, por esse motivo, o empréstimo a contratar tem idêntico prazo.

Disse ainda que está a ser cumprido o compromisso assumido perante esta Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de reduzir anualmente a dívida referente a empréstimos de médio e longo prazos em cerca de meio milhão de euros, utilizando o saldo remanescente na contratação de novos empréstimos, como é o caso deste, sem o qual o Município não tem meios próprios para assegurar a contrapartida nacional da candidatura.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea f) do n°1 do artigo 25° do mesmo diploma, autorização para contratar, ao abrigo do disposto no artigo 49°, n°s 1,2 e 5 da Lei n° 73/2013, de 3.09, **com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego**, os seguintes empréstimos a longo prazo:

a) **Empréstimo até 12 anos** destinado ao financiamento da contrapartida nacional devida pelo Município na execução da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca", operação comparticipada pelo FEDER com o código Norte-03-1203-FEDER-000214, até ao montante de **€ 23 520,00** à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um **spread de 1,10%**, não podendo em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável ser inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta;

b) **Empréstimo até 20 anos**, no montante total de **€ 226.114,00** destinado ao financiamento da contrapartida nacional devida pelo Município na execução das seguintes empreitadas:

i) Reabilitação do bairro de habitação dos 12 fogos sito em Tarouca-Eficiência energética, operação comparticipada pelo FEDER com o código Norte-03-1204-FEDER-000022, até ao montante de € 20 863,00;

ii) Requalificação do Parque de Santa Helena, comparticipada pelo FEDER com o código Norte-06-3928-FEDER-000091, até ao montante de €129 409,00; e

iii) Valorização da Igreja de S. Pedro de Tarouca, operação comparticipada pelo FEDER com o código Norte-06-3928-FEDER-000097, até ao montante de € 75 842,00, à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um **spread de 1,10%**, não podendo em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável ser inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta.

Os empréstimos a contratar destinam-se exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional dos projetos com comparticipação dos Fundos Europeus de Desenvolvimento Regional (FEDER), identificados no mapa anexo à presente proposta, da qual faz parte integrante.

De acordo com a alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, o empréstimo a contratar não é considerado para efeitos de apuramento da dívida total do Município, referida no n.º 1 do mesmo artigo.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO 4 - 4.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA - DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - RATIFICAÇÃO**

Presente o despacho do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:





Pl. 079  
*[Handwritten signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2019.09.19

**"DESPACHO**

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto prevê a transferência, para os municípios e para as entidades intermunicipais, dos recursos que visam financiar o exercício das novas competências previstas na mesma lei.

O diploma prevê a possibilidade de assunção de competências já no corrente ano, pelo que se torna necessária a preparação dos orçamentos municipais para arrecadação das receitas em questão.

Os municípios devem respeitar as regras previsionais na inscrição das importâncias relativas às transferências correntes e de capital, conforme ponto 3.3.1 do POCAL e demais disposições previstas na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

As receitas a transferir para as autarquias locais podem ser provenientes dos serviços da administração direta ou indireta do Estado.

Tendo em vista a autonomização destas receitas, permitindo um melhor acompanhamento do processo, importa proceder à criação de classificações económicas e contas patrimoniais específicas para o registo destas verbas, a incluir nos orçamentos e planos de contas, respetivamente.

Assim, ao nível do classificador económico, foram criadas as seguintes classificações orçamentais da receita:

Cap.	Grupo	Art.	Subart.	DESIGNAÇÃO
06	03	01	06	Transferências correntes / Administração central / Estado / Transferência de competências - Lei 50/2018
06	03	07	01	Transferências correntes / Administração central / Serviços e fundos autónomos / Transferência de competências - Lei 50/2018
10	03	01	06	Transferências de capital / Administração central / Estado / Transferência de competências - Lei 50/2018
10	03	08	01	Transferências de capital / Administração central / Serviços e fundos autónomos / Transferência de competências - Lei 50/2018

(inscrições/reforços=diminuições/anulações), a qual aprovo por ser urgente, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35º da anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09.

À próxima reunião de Câmara Municipal para ratificação.

Tarouca, 16.09.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que não há alteração ao valor global da receita, tendo sido apenas criadas novas rubricas decorrentes da alteração do classificador económico.

Foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.

**PONTO 5 - 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO, AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2019**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019**

**PROPOSTA**

Considerando:

- a) a necessidade, superveniente à aprovação inicial dos documentos previsionais, de executar os seguintes investimentos: pavimentação do Caminho Municipal do Mataduço e aquisição de dois autocarros destinados, a título principal aos transportes escolares, em regime de locação financeira;
- b) a redução dos encargos previstos no Plano das Atividades Municipais para o corrente ano, com "Água para Consumo Humano, em Alta", decorrente da celebração do acordo de regularização de dívida celebrado com a sociedade "Águas do Norte, S.A.", o que determinou a alteração da data de vencimento de parte substancial dos compromissos para anos futuros;
- c) a recente alteração ao classificador económico da receita proveniente do Estado e dos serviços e fundos autónomos, por força da aceitação das transferências de competências para os municípios,

**Proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais para o ano 2019, cujos mapas se anexam:

\*3ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços e de diminuições/anulações no montante de € 30 000,00;

\*3ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços e de diminuições/anulações no montante de € 163 000,00;

\*3ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta inscrições/reforços e de diminuições/anulações no montante de € 88.000,00; e

\*3ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta diminuições/anulações no montante de € 75.000,00.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.1 a 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do POCAL.

Paços do Município, 17.09.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo informou que foram incluídas duas ações novas no Plano Plurianual de Investimentos.

O Senhor Presidente da Câmara informou que a beneficiação do caminho do Mataduço estava prevista para o próximo ano, mas



Fl. 080  
*[Handwritten signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2019.09.19

já têm ali ocorrido vários acidentes, devido às más condições do piso, por isso é urgente a sua reparação.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais para o ano **2019**, cujos mapas se anexam:

\*3ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços e de diminuições/anulações no montante de € 30 000,00;

\*3ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços e de diminuições/anulações no montante de € 163 000,00;

\*3ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta inscrições/reforços e de diminuições/anulações no montante de € 88.000,00; e

\*3ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta diminuições/anulações no montante de € 75.000,00.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.1 a 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do POCAL.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 6 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO RESPEITANTE AO PERÍODO DE 12.06.2019 A 17.09.2019**

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO**

**INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 12.06.2019 a 17.09.2019**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 10.12.2018, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2019, junto se anexa a respetiva lista, até 17.09.2019, cujos valores são os seguintes:

Período de 12.06.2019 a 17.09.2019		
Ano	Valor do Período	Valor acumulado desde 01.01.2019
	297	
2020	637,21 €	512 962,58 €
2021	70 332,84 €	206 901,64 €

2022	28 834,31 €	151 748,76 €
2023	€	120 541,25 €
2024	- €	118 168,05 €
2025 e seguintes	- €	1 812 183,64 €
<b>TOTAL</b>	<b>396 804,36 €</b>	<b>2 922 505,92 €</b>

Paços do Município, 17.09.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada da lista contendo a identificação individual de cada um dos compromissos, composta por oito folhas.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 7 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09) Período de 03.09.2019 a 16.09.2019

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares**

Total: € 300,23

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Capela Mortuária de Valverde.

Tarouca, 17 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

**PONTO 8 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de





081

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2019.09.19

**interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)**

**Período de 03.09.2019 a 16.09.2019**

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense**

Total: € 73,63

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da comemoração dos 50 anos da Associação.

❖ **Vale do Varosa - Associação de Desenvolvimento Local**

1. Total: € 25,50

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares e alojamento) aquando do "IV ESTÁGIO DA ORQUESTRA DE SOPROS" de 26 a 30 de agosto de 2019

Tarouca, 17 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

**PONTO 9 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA**

Presente o resumo diário da tesouraria número cento e cinquenta e nove, de dezoito de setembro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 431.166,77 (quatrocentos e trinta e um mil e cento e sessenta e seis euros e setenta e sete centavos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 184.654,48 (cento e oitenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e oito centavos).

Foi tomado conhecimento.

**PONTO 10 - REQUERIMENTO DE ANTÓNIO LOUREIRO BORGES - COLOCAÇÃO DE TUBO CONDUTOR DE ÁGUA - RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA**

Presente um requerimento, recebido nesta Câmara Municipal em 15.05.2019 e registado sob o n.º 4399, em nome de António Loureiro Borges, residente em Tarouca, solicitando autorização para a colocação de um tubo condutor de água, entre o Mártir S. Sebastião e a sua propriedade.

Verifica-se que o **Senhor Presidente da Câmara** fez o despacho que a seguir se transcreve sobre o referido pedido:

"1. São águas particulares nos termos do Artigo 1386.º do Código Civil:

a) As águas que nascerem em prédio particular e as pluviais que nele caírem, enquanto não transpuserem, abandonadas, os limites do mesmo prédio ou daquele para onde o dono dele as tiver conduzido, e ainda as que, ultrapassando esses limites e correndo por prédios particulares, forem consumidas antes de se lançarem no mar ou em outra água pública;

b) As águas subterrâneas existentes em prédios particulares;

c) Os lagos e lagoas existentes dentro de um prédio particular, quando não sejam alimentados por corrente pública;

d) As águas originariamente públicas que tenham entrado no domínio privado até 21 de Março de 1868, por preocupação, doação régia ou concessão;

e) As águas públicas concedidas perpetuamente para regas ou melhoramentos agrícolas;

f) As águas subterrâneas existentes em terrenos públicos, municipais ou de freguesia, exploradas mediante licença e destinadas a regas ou melhoramentos agrícolas.

2. Não estando fixado o volume das águas referidas nas alíneas d), e) e f) do número anterior, entender-se-á que há direito apenas ao caudal necessário para o fim a que as mesmas se destinam.

São públicas todas as águas que não se enquadrem no número anterior, designadamente as seguintes, nos termos do artigo 7º, da Lei nº 54/2005, de 15.11:

a) Águas nascidas e águas subterrâneas existentes em terrenos ou prédios públicos;

b) Águas nascidas em prédios privados, logo que transponham abandonadas os limites dos terrenos ou prédios onde nasceram ou para onde foram conduzidas pelo seu dono, se no final forem lançar-se no mar ou em outras águas públicas;

c) Águas pluviais que caíam em terrenos públicos ou que, abandonadas, neles corram;

d) Águas pluviais que caíam em algum terreno particular, quando transpuserem abandonadas os limites do mesmo prédio, se no final forem lançar-se no mar ou em outras águas públicas;

e) Águas das fontes públicas e dos poços e reservatórios públicos, incluindo todos os que vêm sendo continuamente usados pelo público ou administrados por entidades públicas. Ora, as águas que o requerente pretende ver conduzidas para o seu prédio são, indubitavelmente, águas públicas, por serem provenientes da fonte designada de "Mártir S. Sebastião", que é pública.

Porém, por uso e costume, as águas sobejas ou sobrantes da fonte do Mártir S. Sebastião, em Tarouca, são usadas nos prédios propriedade de V. Exa. e da sociedade "Família do Futuro, Lar de Idosos, Lda.", representada por Maria Elisa de Oliveira Gouveia e marido Manuel António de Oliveira.

Ora, sendo tais prédios localizados em quota inferior à referida fonte pública, estas derivam para os mesmos e são por eles aproveitadas.

O uso das águas sobejas é meramente precário, independentemente do lapso de tempo decorrido e, em qualquer altura, poderá ser precludido pelo titular do direito à água, no caso a Câmara Municipal de Tarouca, sem que a privação de tal uso, por efeito de novo aproveitamento, constitua a violação de qualquer direito. Ou seja, ainda que a Câmara



882  
El  
*[Signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2019.09.19

Municipal proceda a obras de encaminhamento das águas sobejas para os prédios acima identificados, ou outros, por ser proprietário da dita fonte, mantém a plena disponibilidade da água, mesmo que os sobejos formem uma corrente de domínio público e sobre esta existam direitos de terceiros.

Assim, as águas sobejas da referida fonte que se escoam para os prédios inferiores aqui identificados, aos donos destes é apenas reconhecido um direito de natureza precária, uma vez que a todo o tempo, é lícito ao proprietário da água, ou seja, à Câmara Municipal, fazer novo aproveitamento das águas.

Neste contexto, decido que se proceda às obras de encaminhamento dos sobrantes ou sobejos da água da fonte, para aproveitamento no prédio de V. Exa. e da supracitada sociedade "Família do Futuro, Lar de Idosos, Lda.".

**O Senhor Presidente da Câmara** informou que o requerente tem um vizinho que cortou a água de rega que servia os terrenos de ambos, para que fosse só dele, tendo a Câmara Municipal executado uma ligação junto à via pública para conduzir essas águas e resolver o problema.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.

**PONTO 11 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - DECRETO-LEI N.º 116/2019, DE 21/08/2019 - DEFINE O MODELO DE COGESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS**

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16.08, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foi publicado o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21/08/2019, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas, prevendo o prazo até vinte e um de outubro para os órgãos se pronunciarem.

Explicou ainda que no Concelho não existem mais de dois hectares de área protegida e, por isso, julga que não há necessidade de se estarem a levantar grandes questões, propondo que nada seja comunicado.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aceitar a transferência para os órgãos municipais do modelo de cogestão das áreas protegidas previsto no Decreto-Lei n.º 116/2019, de vinte e um de agosto findo.

**PONTO 12 - EMPREITADA DE "REGENERAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DO OUTEIRO, NA FREGUESIA DE MONDIM DA BEIRA" - PROJETO, CADERNO DE ENCARGOS E ORÇAMENTO NO VALOR DE € 358.634,36 - PROPOSTA**  
Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

**"EMPREITADA DE "REGENERAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DO OUTEIRO, NA FREGUESIA DE MONDIM DA BEIRA."**

**APROVAÇÃO DO PROJETO, CADERNO DE ENCARGOS E ORÇAMENTO**  
**PROPOSTA**

Com a finalidade de ser formalizada candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte e estando prevista a respetiva inclusão no Plano Plurianual de Investimentos para 2020, **proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, aprovar o projeto, caderno de encargos e orçamento, no valor de € 358.634,36, que não inclui o IVA, da empreitada de "Regeneração da Zona Ribeirinha do Outeiro, na freguesia de Mondim da Beira", no âmbito do PARU - REABILITAÇÃO URBANA.

Paços do Município, 17 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** acerca do presente orçamento e dos demais constantes da ordem do dia disse o seguinte:

"No âmbito do PAMUS, o projeto a candidatar prevê a requalificação dos passeios entre o Centro da Cidade e a EN 226, a elevação das passadeiras e a interface dos táxis.

No que se refere aos PARU's:

- Zona Ribeirinha de Ucanha: 2.ª fase: contempla o arranjo dos lados ao longo do caminho, fazer wc's e arrumos; passagem à beira do rio.

- Núcleo antigo de Tarouca: arranjo da parte de baixo de Alcáçima, o que vai garantir uma melhor e maior acessibilidade às pessoas que ali residem.

- Zona Ribeirinha do Outeiro: requalificação do espaço da praia fluvial e construção de novos wc's, arranjo do bar de apoio e passagem na ponte.

As candidaturas estão neste momento abertas e fecham em 26 de setembro."

**O Senhor Presidente da Câmara** disse que na reprogramação do PARU têm sido colocados obstáculos sobre obstáculos, mas Tarouca conseguiu ter tudo pronto a horas, porque a Câmara Municipal tem gente que trabalha bem. Pelo contrário, há outros Municípios que pedem muitas prorrogações de prazo.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse que, em parte, os atrasos das outras entidades interessadas, também são benéficos para o Município, porque alguns estão a andar para trás e nós estamos a andar para a frente, na mesma proporção.

Salientou que os Municípios com PERU's não têm 5% na execução e os que têm PARU's conseguem ter maior execução.





Fl. 083  
*[Handwritten signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2019.09.19

No entanto, se não apresentarmos projetos até 31.12.2019, não haverá apoios.

Conclui, dizendo que é de toda a justiça uma palavra de gratidão e reconhecimento para com os serviços técnicos do Município, em especial da Divisão de Obras Municipais, que teve a seu cargo a elaboração dos projetos ora apresentados e formalização das candidaturas, o que exigiu da parte destes colaboradores grande empenho e competência. O trabalho realizado permitiu cumprir os prazos fixados para apresentação das candidaturas, como economizar recursos financeiros, pois ainda chegou a ter uma reunião com uma empresa externa, e o orçamento dos honorários era muito elevado.

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada dos documentos que menciona.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto, o caderno de encargos e o orçamento no valor de €358.634,36 (trezentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e trinta e quatro euros e trinta e seis cêntimos, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, da empreitada de "Regeneração da zona ribeirinha do Outeiro, na freguesia de Mondim da Beira".

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 13 - EMPREITADA DE "REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO DE TAROUCA - FASE 2" - PROJETO, CADERNO DE ENCARGOS E ORÇAMENTO NO VALOR DE € 219.308,50- PROPOSTA**  
Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**EMPREITADA DE "REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO DE TAROUCA - FASE 2"**

**APROVAÇÃO DO PROJETO, CADERNO DE ENCARGOS E ORÇAMENTO**  
**PROPOSTA**

Com a finalidade de ser formalizada candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte e estando prevista a respetiva inclusão no Plano Plurianual de Investimentos para 2020, **proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, aprovar o projeto, caderno de encargos e orçamento, no valor de € 219.308,50, que não inclui o IVA, da empreitada de "Regeneração e Revitalização do núcleo antigo de Tarouca - FASE 2", no âmbito do PARU - REABILITAÇÃO URBANA.

Paços do Município, 17 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,  
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada dos documentos que menciona.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto, o caderno de encargos e o orçamento no valor de € 219.308,50 (duzentos e dezanove mil e trezentos e oito euros e cinquenta cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, da empreitada de "Regeneração e revitalização do núcleo antigo de Tarouca - Fase 2".

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 14 - EMPREITADA DE "REGENERAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE UCANHA - FASE 2" - PROJETO, CADERNO DE ENCARGOS E ORÇAMENTO NO VALOR DE € 130.957,96- PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**EMPREITADA DE "REGENERAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DA UCANHA - FASE 2."**

**APROVAÇÃO DO PROJETO, CADERNO DE ENCARGOS E ORÇAMENTO  
PROPOSTA**

Com a finalidade de ser formalizada candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte e estando prevista a respetiva inclusão no Plano Plurianual de Investimentos para 2020, **proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, aprovar o projeto, caderno de encargos e orçamento, no valor de € 130.957,96, que não inclui o IVA, da empreitada de "Regeneração da Zona Ribeirinha da Ucanha - Fase 2", no âmbito do PARU - REABILITAÇÃO URBANA.

Paços do Município, 17 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,  
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada dos documentos que menciona.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar projeto, o caderno de encargos e o orçamento no valor de € 130.957,96 (cento e trinta mil e novecentos e cinquenta e sete euros e noventa e seis cêntimos) da empreitada de "Regeneração da zona ribeirinha de Ucanha - Fase 2".

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.



Fl. 084

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2019.09.19

**PONTO 15 - EMPREITADA DE "MELHORIA DA MOBILIDADE SUAVE ENTRE O CASTANHEIRO DO OURO E O CENTRO DA CIDADE DE TAROUCA E O INTERFACE DE TÁXIS" - PROJETO, CADERNO DE ENCARGOS E ORÇAMENTO NO VALOR DE € 243.017,00- PROPOSTA** Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"EMPREITADA DE "MELHORIA DA MOBILIDADE SUAVE ENTRE O CASTANHEIRO DO OURO E O CENTRO DA CIDADE DE TAROUCA E INTERFACE DE TÁXIS."**

**APROVAÇÃO DO PROJETO, CADERNO DE ENCARGOS E ORÇAMENTO**  
**PROPOSTA**

Com a finalidade de ser formalizada candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte e estando prevista a respetiva inclusão no Plano Plurianual de Investimentos para 2020, **proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, aprovar o projeto, caderno de encargos e orçamento, no valor de € 243.017,00, que não inclui o IVA, da empreitada de "Melhoria da mobilidade suave entre o Castanheiro do Ouro e o Centro da cidade de Tarouca e Interface de Táxis", no âmbito do PAMUS - MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL.

Paços do Município, 17 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada dos documentos que menciona.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto, o caderno de encargos e o orçamento no valor de € 243.017,00 (duzentos e quarenta e três mil e dezassete euros), da empreitada de "Melhoria da mobilidade suave entre o Castanheiro do Ouro e o Centro da Cidade de Tarouca e o Interface de Táxis".

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**DIVERSOS**

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo convidou todos os Senhores Vereadores para a abertura das festas do Concelho, amanhã, dia vinte de setembro, pelas vinte e uma horas.

Disse ainda que o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias solicitou informação sobre transportes escolares e refeições que não lhes foi possível ainda apresentar, mas que será apresentada na próxima reunião.

Foi tomado conhecimento.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas dez horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luiz Manoel de Souza Teixeira Ramos*, Chefe de Divisão, a subscrevi.

